

1.

Introdução

1.1.

Apresentação

A dissertação de mestrado aqui desenvolvida vem dar continuidade à trajetória iniciada com a escrita de minha monografia, quando da conclusão do curso de graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A proposta, então como agora, é pesquisar o pensamento político brasileiro e, dentro deste campo, mais especificamente, a produção intelectual de autores que, de uma forma ou de outra, estiveram associados ao governo Vargas no período que se estende de 1930 a 1945. Tal associação lhes rendeu epítetos como "teóricos do autoritarismo" e "ideólogos do Estado Novo", não raro empregados com conotação depreciativa.

Ao elaborar a monografia, optei por privilegiar a análise da obra de um destes intelectuais, o médico e jornalista Antonio José Azevedo do Amaral (1881-1942). Autor de inúmeros artigos, ensaios e livros, seu pensamento constituiu um dos pilares sobre os quais se assentou a ideologia que orientou a construção do regime instituído no Brasil a 10 de novembro de 1937.

No presente trabalho, a idéia é expandir o espectro da pesquisa, visando agora abranger uma gama maior daqueles pensadores que puseram seu prestígio à disposição de um projeto político concebido para dar legitimidade ao corpo doutrinário que serviu de base à implantação do Estado Novo.

Com este propósito em mente, a escolha da fonte para realizar a pesquisa recaiu sobre o periódico *Cultura Política - Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, publicado entre março de 1941 e outubro de 1945 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão diretamente subordinado à Presidência da República.

Criado pelo Decreto-Lei nº. 1.915, de 27 de dezembro de 1939, como parte da política de propaganda idealizada pelo Estado Novo, o DIP veio consolidar o trabalho até então executado pelos órgãos que o antecederam -- o Departamento Oficial de Propaganda, implementado em 1931, e o Departamento Nacional de

Propaganda e Difusão Cultural, organizado em 1934, ambos vinculados ao Ministério da Justiça.

Em linhas gerais, competia ao DIP coordenar o processo de produção e difusão do ideário estado-novista e de construção da imagem de seu líder. No exercício desta função, cabia-lhe não apenas centralizar e supervisionar toda a propaganda a ser preparada sobre as ações do governo, como também incentivar e dar apoio à realização de atividades que pudessem servir de canais adicionais a esse esforço de propaganda, potencializando seus resultados. Tais atividades incluíam desde a promoção de palestras, exposições e concertos, até a organização de competições esportivas e comemorações cívicas, além da elaboração de material a ser veiculado nos meios de comunicação de massa (rádio e imprensa). Também compreendida na esfera de atuação do departamento estava a repressão à circulação de qualquer mensagem contrária aos interesses do governo, o que incluía, entre outras coisas, a censura a publicações, filmes e peças de teatro. Uma legislação especial foi promulgada visando dar à imprensa caráter de utilidade pública, convertendo-a em instrumento do Estado e órgão oficial de propagação da nova ideologia. O propósito de instituir o fim da liberdade de imprensa e a censura a todos os veículos de comunicação transparece no artigo 1.222 dessa legislação, cuja leitura indica haver sido o texto redigido "*com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação*".¹

Era, enfim, o DIP um órgão cujo alcance tentacular deixava entrever a tendência centralizadora do novo regime. A medida de sua importância estratégica para o governo está expressa nas palavras a seguir destacadas, transcritas de reportagem especial publicada no nº. 21 de *Cultura Política*:

Regime concebido num sentido de unidade perfeita [...], era da sua essência fortalecer os laços dessa unidade, por meio de contatos diários, em todos os planos de ação nacional. E nenhum veículo melhor que a propaganda corresponderia a esse propósito, propaganda completa, pelo microfone, pelo palco, pelo ecran, pela tribuna falada e pela escrita, com o fim de manter o país em dia sobre a marcha dos acontecimentos internos e externos e convencer as massas da necessidade das reformas operadas, entrelaçando os indivíduos com

¹ CAPELATO, Maria Helena. "Propaganda política e controle dos meios de comunicação". In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 171.

as instituições. Dessa compreensão foi que nasceu a idéia da criação de um organismo destinado a centralizar a publicidade oficial do Estado.

A Renascença nacional, possibilitada pela Carta Política de 10 de Novembro, [...] exigia uma transformação completa da engrenagem encarregada de fazer o reclame e de promover a defesa do Brasil, dentro e fora do seu território. E foi o que sucedeu criando-se o Departamento de Imprensa e Propaganda.²

A direção de *Cultura Política* esteve até o final, em outubro de 1945, a cargo de Almir Bonfim de Andrade, responsável também pela fundação da revista em março de 1941, a convite do Diretor do DIP, Lourival Fontes. Formado em direito e interessado em psicologia e filosofia, áreas em que exerceu atividades profissionais e acadêmicas, Almir de Andrade é considerado um dos mais influentes ideólogos do Estado Novo, juntamente com Francisco Campos, intelectual e político que esteve à frente do Ministério da Justiça entre 1937 e 1942, e Azevedo Amaral.³

Veículo por excelência da ampla política cultural planejada no âmbito maior do projeto estado-novista, a escolha de *Cultura Política* como objeto desta dissertação se justifica pelo fato de reunir em suas páginas um número expressivo dos mais relevantes pensadores da época, nem todos necessariamente alinhados com as diretrizes do novo regime.

De modo distinto do que foi feito na monografia, o foco aqui não está dirigido à análise da relação autor/obra, mas sim à leitura de artigos de *Cultura Política* com um propósito específico.

Minha hipótese geral de trabalho é que, em consonância com o projeto coordenado pelo DIP, os intelectuais convidados a colaborar no periódico eram parte integrante de um plano ambicioso e abrangente de governo cuja estratégia, traduzida nas diretrizes formuladas para o setor cultural, afigurava-se como uma operação voltada não exatamente para recuperar, mas para construir uma realidade nacional -- tanto no passado, como no presente --, através da seleção e combinação de elementos e episódios retratados nos relatos da história do Brasil. O que estava em curso era a ruptura com uma ordem jurídico-institucional pré-existente, ruptura esta que precisava ser explicada e justificada para adquirir

² A imprensa e a propaganda no quinquênio 1937-1942. Reportagem especial de *Cultura Política*. *Cultura Política*. Ano II, nº. 21, 10 de novembro de 1942, pp. 169 e 173.

³ Para um perfil mais detalhado de Almir de Andrade, cf. ABREU, Alzira Alves de, et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-1930*. Ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, v. 1, pp. 226-227.

legitimidade. E as páginas de *Cultura Política* foram postas à disposição da linguagem, do discurso, que serviria de instrumento a esta legitimação.

Tendo-se em mãos material tão rico quanto o contido em *Cultura Política*, a tentação de escrever o trabalho a partir de uma leitura cuidadosa de todos os artigos publicados ao longo de seus quase cinco anos de existência foi grande. Para compatibilizar a pesquisa com os prazos institucionais, contudo, foi preciso fazer um recorte -- e bastante radical. Assim sendo, em meio ao universo de assuntos tratados na revista, minha proposta é desenvolver a pesquisa a partir do exame de artigos que tratem mais diretamente do conceito de democracia.

Uma triagem no índice dos exemplares da revista revelou a existência de vinte artigos nos quais a expressão "democracia" aparece mencionada no próprio título. Em razão das limitações expostas, a pesquisa está concentrada, prioritariamente, na análise destes textos. Sempre que possível, contudo, procuro ampliá-la para incluir outros artigos que, apesar de não ostentarem a palavra "democracia" no título, contêm referências e contribuições de extrema relevância para o estudo proposto.

O objetivo mais imediato desta abordagem -- dentro da hipótese geral delineada acima -- é procurar determinar de que maneira o tema está sendo discutido pelos teóricos do autoritarismo com vistas a construir uma determinada concepção desta forma de governo, apresentada como a "verdadeira" ou "autêntica" democracia em oposição à democracia representativa liberal. A recorrência com que o significado da palavra é objeto de disputa nas páginas da revista é o que me leva a explorar a hipótese de que a re-significação do conceito é a questão central e o fio condutor que orienta a escrita dos artigos publicados em suas diversas seções -- ainda que em muitos dos artigos o tema seja apenas tangenciado, ou mesmo apareça de forma subliminar.

Quais autores e quais conceitos de democracia estão sendo mobilizados para fundamentar e justificar a tentativa de atribuir-lhe novo significado, em sintonia com os objetivos a que se propõe o regime estabelecido pela Constituição de 1937? Que elementos e episódios da história do país são selecionados para se demonstrar que tudo o que ocorreu ao longo da trajetória política, econômica e social brasileira já apontava para a necessidade do desfecho que levou à Revolução de 1930 e ao golpe de 10 de novembro, com a consequente instauração de uma "democracia autoritária" -- para usar uma das expressões empregadas para

qualificar a nova ordem? Afinal, sendo a democracia portadora de múltiplos sentidos, de qual democracia se está falando?

É neste sentido que a pesquisa tem como eixo a investigação do conceito de democracia nas páginas de *Cultura Política*. Ela segue os passos de outros trabalhos produzidos sobre a revista, alguns dos quais destaco e comento brevemente a seguir, procurando indicar os pontos em que se aproximam ou se diferenciam da abordagem aqui sugerida.

Início com *História e historiadores*, de Ângela de Castro Gomes⁴. Nesta obra, elaborada com a finalidade de concorrer à cadeira de titular em história do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF), a proposta da autora é trabalhar com historiadores e com a história da História do Brasil, abrangendo a Era Vargas e, em especial, o período do Estado Novo. Entre as fontes por ela selecionadas para realizar este exercício historiográfico está, justamente, a revista *Cultura Política*, à qual se refere como "*a voz oficial da proposta estado-novista*"⁵. Uma das principais características da orientação editorial da revista, sublinha, consistia em publicar não somente artigos que se ocupassem de questões políticas, sociais e econômicas de relevo, mas também ensaios que retratassem aspectos culturais e históricos do país, produzindo assim "*um discurso integrado e voltado para o objetivo direto da publicação: a propaganda do regime*"⁶. Com o intuito de discutir a política cultural do Estado Novo, Ângela direciona o foco de seu interesse em *Cultura Política*, tema dos capítulos 4 e 5 do livro, para a seção "Brasil social, intelectual e artístico". Uma das poucas a resistir por mais tempo às seguidas reestruturações que a revista sofreu ao longo de sua curta existência, ainda que incorporando várias alterações, a seção é apontada por ela como "*alvo por excelência*" de sua análise, por traduzir "*a importância e o sentido do investimento que o Estado Novo realizava*"⁷. Na base de sua escolha está o fato de "Brasil social, intelectual e artístico" abrigar um leque bastante diversificado de autores, em grande parte, na avaliação da autora, sem maior expressão no meio intelectual. Pensar sobre o "*lugar da história*" no discurso estado-novista e indagar qual história do Brasil estava sendo reescrita, naquele momento

⁴ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁵ Ibid., p. 127.

⁶ Ibid., p. 131.

⁷ Ibid., p. 132.

específico, "para um público de elite, mas não circunscrito aos círculos da educação formal"⁸ são, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, as coordenadas que norteiam, em *História e historiadores*, sua reflexão sobre o material que ilustra as páginas da revista.

Cultura Política já havia sido objeto de análise pela autora em artigo intitulado "O redescobrimento do Brasil", publicado originalmente em *Estado Novo: ideologia e poder*⁹. O artigo, em versão revista, transformou-se posteriormente em capítulo de *A invenção do trabalhismo*¹⁰, tese de doutoramento defendida por Ângela em junho de 1987 junto ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Nesta obra, a indagação mais geral que orienta sua reflexão diz respeito à maneira como o Brasil definiu seu conceito de cidadania e sua experiência de democracia. Por acreditar que a questão da cidadania está estreitamente vinculada à questão dos direitos sociais, Ângela elege, como fio condutor de sua pesquisa, estudar o processo de constituição de uma classe trabalhadora como parte da construção do conceito de cidadania no Brasil, e analisar as condições que permitiram a essa classe aflorar como protagonista central no cenário político brasileiro. Com este objetivo, conduz a análise dividindo-a em dois tempos. O primeiro, que tem como marco inicial a Proclamação da República, estende-se até a promulgação da Constituição de 1934. O segundo focaliza o período que vai de 1942 a 1945. É nesta segunda parte que se insere "O redescobrimento do Brasil", capítulo no qual ela discute o conteúdo do discurso político oficial produzido naqueles primeiros anos da década de 1940, elegendo como fonte de sua investigação a revista *Cultura Política*. No capítulo, Ângela opta por trabalhar com artigos da revista centrados em torno do projeto político estado-novista, para procurar entender o que é a democracia do Estado Novo e em que sentido ela é apresentada como revolucionária.¹¹ Os construtores da nova ordem precisavam, segundo ela, de "uma nova palavra ou de

⁸ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. op. cit., pp. 133-134.

⁹ Idem. "O redescobrimento do Brasil". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp. 109-150.

¹⁰ Idem. "O redescobrimento do Brasil". In: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pp. 189-210 (todas as referências e citações a "O redescobrimento do Brasil", daqui por diante, tomarão por base esta edição.)

¹¹ Ibid. Cf. pp. 190-191.

uma palavra antiga com um novo significado para definir sua experiência" e a expressão que escolheram para traduzí-la foi "*democracia social*."¹²

A linha de pesquisa da presente dissertação segue, em boa medida, o caminho trilhado por Ângela de Castro Gomes em "O redescobrimento do Brasil" e, por método diferente de trabalho, chega a conclusões análogas. Ao estudar, nesse capítulo de sua tese, o conceito de democracia do Estado Novo, Ângela o faz com o propósito de analisar, no contexto mais amplo de sua investigação sobre o tema do trabalhismo, em que medida o novo conteúdo do termo teria influenciado a organização do "povo" em um "*corpo político hierarquizado pelo trabalho*", com a consequente transformação do trabalhador em "*novo ator social e cidadão de uma nova espécie de democracia*".¹³ No trabalho de Ângela, portanto, a reflexão sobre o novo significado do conceito é uma etapa de um projeto bem mais abrangente de pesquisa. Na presente dissertação, ao contrário, esta re-significação constitui o núcleo da pesquisa, razão pela qual procurei, à luz da metodologia desenvolvida pela história conceitual alemã, expandir a análise e concentrar o esforço no exame mais pormenorizado da construção do conceito de democracia conforme proposta pelos articulistas de *Cultura Política*.

O artigo de Mônica Pimenta Velloso, "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual"¹⁴, representa mais uma relevante contribuição às pesquisas sobre *Cultura Política*. O objetivo da autora é estudar a divisão do trabalho intelectual dentro do projeto político concebido pelos idealizadores da nova ordem estabelecida com o golpe de 1937. Nesta direção, Mônica parte da análise de duas publicações veiculadas no período do Estado Novo, as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, para refletir sobre como, no interior do projeto ideológico estado-novista, o discurso político se configura como proposta de ação. Através da sistematização dos dados computados sobre os dois periódicos, a autora mostra que, embora expressando-se em linguagens com diferentes níveis de sofisticação e tendo como destinatários de suas respectivas mensagens atores sociais de estratos distintos, os dois discursos são complementares, na medida em que fazem parte de uma mesma totalidade

¹² GOMES, Ângela de Castro. "O redescobrimento do Brasil". In: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, op. cit. p. 198.

¹³ Ibid., p. 209.

¹⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et al. *Estado Novo: ideologia e poder*, op. cit., pp. 71-108.

estratégica. No seu entender, *Cultura Política*, com seu discurso predominantemente "político-teórico", pode ser classificada como o veículo que mais fielmente retrata o perfil ideológico da época, razão pela qual refere-se à publicação como "*revista por excelência*" e "*matriz ideológica*" do regime.¹⁵ A autora percebe a dimensão ideológica como elemento central desse projeto político e vê o jogo discursivo nele inserido como uma tentativa de consolidar uma nova concepção de mundo que busca "*reativar as representações destinadas a legitimar a nova distribuição de poderes*".¹⁶ Mônica seleciona *Cultura Política* como referencial para identificar os temas que estruturam o projeto ideológico do Estado Novo e sugere que toda a temática que permeia o discurso pode ser referida a um mesmo núcleo, "*a 'nova concepção de cultura', que se apresenta como integrada ao político*".¹⁷ Dentro desta ótica, sua abordagem privilegia os temas da recuperação do passado, da construção do mito Vargas, da relação entre consenso e força na nova ordem, e da nova concepção de política -- aspecto que envolve a questão da "*cultura política*" e do novo homem, em particular o novo intelectual.¹⁸

Referência essencial para o estudioso de *Cultura Política* é também o artigo de Marcus Figueiredo intitulado "Cultura Política: revista teórica do Estado Novo"¹⁹, no qual ele analisa a estrutura da revista e apresenta um levantamento bibliográfico, sob a forma de resumos comentados, dos artigos que, a seu ver, representam contribuição relevante para a formação do pensamento político do Estado Novo. Avalia o autor que os artigos veiculados no periódico constituem objeto imprescindível de pesquisa para a correta compreensão do pensamento político da era Vargas, uma vez que ali estão explicitados os princípios doutrinários que buscavam dar sustentação teórica ao novo regime.

Outro estudo importante sobre *Cultura Política* pode ser encontrado em *Literatura em revista*²⁰, livro de Raúl Antelo cujo primeiro capítulo é dedicado a uma análise bastante detalhada do periódico. Na avaliação do autor, a revista foi

¹⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et al. *Estado Novo: ideologia e poder*, op. cit. Cf. pp. 100, 101, 103 e 104.

¹⁶ Ibid., p. 72.

¹⁷ Ibid., p. 82.

¹⁸ Ibid., loc. cit.

¹⁹ FIGUEIREDO, Marcus. *Cultura Política: revista teórica do Estado Novo. Dados*, nº. 4, novembro de 1968, pp.221-246.

²⁰ ANTELO, Raúl. *Literatura em revista*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

"o grande empreendimento editorial do DIP"²¹. O projeto teria sido inspirado em experiência anterior, a da revista *Hierarquia*, conseguindo superá-la em muito. Com apenas cinco números, publicados por Lourival Fontes entre agosto de 1931 e março/abril de 1932, *Hierarquia*, por sua vez, espelhava-se em uma publicação da Itália fascista, *Gerarchia*. Existia ainda, nessa mesma linha, informa Antelo, a revista *Jerarquia*, periódico da imprensa franquista. Discorre também o autor sobre a gênese da revista *Atlântico*, publicada a partir de 1942, fruto de uma espécie de intercâmbio cultural entre o DIP brasileiro e o SNP (Secretariado Nacional de Propaganda) do governo português de Salazar, igualmente de curta duração: apenas sete edições²². Embora teça comentários sobre a revista como um todo, sua abordagem de *Cultura Política*, a exemplo do que faz Ângela de Castro Gomes em *História e historiadores*, prioriza os autores que escrevem na seção literária da revista, "Brasil social, intelectual e artístico". O autor examina o panorama político pela ótica da crítica literária, procurando mostrar o vínculo entre história literária e idéias. Fala de como, no processo de legitimação do regime em que estavam empenhados, os articulistas viam a literatura como reflexo da sociedade, e observa como as formas literárias dependem da hegemonia política de cada momento. Após uma seção introdutória, em que percorre o contexto no qual a revista se insere e faz comentários sobre sua estrutura, Antelo destaca algumas das posições expressas por colaboradores do periódico, entre eles Almir de Andrade, Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, Rosário Fusco, Guerreiro Ramos e Basílio de Magalhães. E interpreta que, no caso de *Cultura Política*, o discurso de legitimação se equilibra entre dois extremos: um "*mais sofisticado, onde não raro se recrutam figuras de inequívoca extração elitista e liberal*", e outro "*simplificador, em que militam elementos intelectuais do Exército*". E exemplifica com dois nomes: "*Rosário Fusco e o Coronel J.B. Magalhães*".²³

Após essa parte inicial, o autor analisa mais detidamente os artigos escritos por dois dos colaboradores da seção de *Cultura Política* na qual está concentrada sua pesquisa, dissecando sua complicada relação com o "*Estado que concede e*

²¹ ANTELO, Raúl. "Cultura Política". In: *Literatura em revista*, op. cit., p. 8.

²² Ibid. Cf. pp. 9-10.

²³ Ibid., p. 16.

tolhe"²⁴. Graciliano Ramos e Marques Rebelo. Feito este exercício, conclui com a seguinte ponderação:

*Se, como vimos analisando, os trabalhos de Rebelo e de Graciliano afinam num mesmo diapasão de mimese e crítica, cabe também pensá-los no horizonte ideológico que o Estado de compromisso é capaz de aglutinar. Haveria, assim, de um lado, setores esclarecidos, reivindicando transformações democráticas modernizantes. É o caso de São Bernardo. De outro, parcelas conservadoras mais boêmias ou menos sutis. É o caso de Três caminhos..., contos pouco triviais. Um e outro polarizam um espectro literário no Brasil de 30. Tal foi o sentido do pacto getulista.*²⁵

As considerações de Raúl Antelo sobre *Cultura Política* em *Literatura em revista* estão, acredito, mais direcionadas para a análise da relação entre os intelectuais e o Estado.

"Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo", de Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini Jr.²⁶, vem somar-se aos trabalhos já comentados sobre *Cultura Política*. Os autores conduzem a análise da revista sob um duplo enfoque, que o próprio título do artigo já deixa entrever. Por um lado, propõem-se a repensar o discurso sobre a organização política do Estado Novo a partir do exame de 124 artigos, produzidos por 73 autores, selecionados nas diversas edições de *Cultura Política*, procurando identificar as principais linhas de argumentação do pensamento político autoritário que transparecem nos textos. Por outro, seu objetivo é traçar o perfil da elite intelectual que constitui o corpo de colaboradores do periódico e entender a relação entre autores e respectivas idéias. Assinalam que a revista foi um agente importante na sistematização do discurso ideológico estado-novista, na medida em que seus articulistas, para fundamentar a exposição da doutrina, mobilizavam não apenas textos clássicos do pensamento político, mas também as idéias defendidas pelos mais destacados representantes da vertente autoritária nacional. De especial relevo é a conclusão de Codato e Guandalini de que, do universo pesquisado, um índice superior a 80% dos autores que escrevem sobre política na revista mantêm alguma forma de vínculo com a burocracia estatal, sendo de sua lavra aproximadamente 85% das matérias que abordam o tema. Grande parte da

²⁴ ANTELO, Raúl. "Cultura Política". In: *Literatura em revista*, op. cit., p. 88.

²⁵ Ibid., loc. cit.

²⁶ CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI Jr., Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, nº. 32, 2003, pp. 145-164.

ideologia política do regime apresentada em *Cultura Política* é, portanto, sublinham, formulada pela própria burocracia do Estado Novo²⁷. São "*Homens de Estado que expressam uma 'razão de Estado'*".²⁸ O fato de as questões políticas serem tratadas quase que exclusivamente por uma elite intelectual que se confunde com a elite burocrática configura, a seu ver, a baixa autonomia ideológica desses intelectuais em relação ao aparelho do Estado, o que, no entanto, não impede que a ideologia assim formulada produza seus efeitos.

Em *Cultura Política e o Pensamento Autoritário*, livro editado pela Câmara dos Deputados, encontra-se mais um estudo sobre a revista. Trata-se, desta vez, de ensaio elaborado por Ricardo Veléz Rodriguez²⁹ a título de introdução à obra. No intuito de propiciar uma visão abrangente de *Cultura Política*, o livro reúne, sob a forma de antologia, vários de seus artigos. Além de textos que contêm matérias de teor mais doutrinário, merecem destaque artigos que abordam as realizações do Estado Novo, o pensamento político de seu líder, o nacionalismo, o desenvolvimento, a questão social, bem como o tema das relações entre cultura, política e educação. Na parte final do livro estão reproduzidos importantes documentos divulgados pelo periódico, que refletem a posição de Getúlio Vargas a respeito do processo de redemocratização em 1945. Logo no início de seu ensaio, Rodriguez relaciona os nomes de vários dos colaboradores da publicação com o objetivo de mostrar não ser a intenção dos organizadores da revista fazer prevalecer uma determinada linha de pensamento, mas sim apresentar *Cultura Política* como local para o debate de idéias das mais diversas procedências, respeitada a opção autoritária básica. O autor trabalha com a hipótese de que *Cultura Política* era um fórum destinado à obtenção do consenso político "*num esforço que levasse em consideração as diferentes correntes autoritárias suscetíveis de serem cooptadas pelo Estado Novo.*"³⁰ Procura determinar, também, qual a medida da importância das idéias corporativistas no conjunto da revista e no contexto maior do Estado Novo, uma vez que a Constituição de 1937 previa a "*organização corporativista da economia, com*

²⁷ CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI Jr., Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo, op. cit. Cf. p. 150.

²⁸ Ibid., p. 157.

²⁹ RODRIGUEZ, Ricardo Veléz. "Introdução". In: *Cultura Política e o pensamento autoritário*. Brasília: Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação: Coordenação de Publicações, 1983, pp. 11-22. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 21).

³⁰ Ibid., p. 16.

reflexos na própria estrutura política do país"³¹. Constata serem poucos os artigos efetivamente dedicados ao tema do corporativismo, cujo número é em muito excedido pelos que discutem a necessidade de implantar um Executivo forte e centralizador com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Acredita que este fato refletiria a opção do próprio Vargas pelo estatismo modernizador em detrimento da organização corporativista da economia proposta por Francisco Campos. Ricardo Veléz Rodriguez é mais um autor a ecoar o ponto de vista de que *Cultura Política* foi o principal órgão teórico do Estado Novo.

Finalizando esta apresentação, algumas palavras sobre a escolha do título.

Para o título do trabalho, *A democracia através do espelho*, busquei inspiração em um clássico da literatura inglesa, *Através do espelho e o que Alice encontrou lá*³², de Lewis Carroll (1832-1898). Nela, o escritor inglês, também autor do mais conhecido *Alice no país das maravilhas*, ao levar a personagem a atravessar um espelho e deparar-se com um lugar em que tudo parece estar ao contrário, de cabeça para baixo e de trás para diante, brinca com a noção de inversão e distorção do mundo tal qual o conhecemos. Ao passar para o outro lado, um dos primeiros comentários de Alice é que "*Agora, os livros são mais ou menos como os nossos, só que as palavras estão ao contrário.*"³³

O que me leva a tomar de empréstimo esta brincadeira de Lewis Carroll para dar título a um trabalho que se pretende sério é justamente a questão da imagem especular, reflexiva. O mundo do espelho, por ele criado no livro e para o qual Alice se vê transportada, embora tendo sua base assentada na realidade parece, ao mesmo tempo, não ter compromisso com ela, ou até por vezes desconectar-se dela, fazendo com que os personagens se sintam livres para associar qualquer significado a qualquer palavra ou expressão, segundo a sua conveniência, atribuindo-lhes sentidos inusitados e inesperados.

A proposta de *Cultura Política*, expressa por Almir de Andrade logo no primeiro número da revista, como veremos adiante, é exatamente apresentar-se como um "*espelho*" da nação. E é nesse espelho que vamos encontrar refletido um conceito de democracia meio "às avessas", quiçá um tanto inusitado e

³¹ RODRIGUEZ, Ricardo Veléz. "Introdução". In: *Cultura Política e o pensamento autoritário*, op. cit., p. 17.

³² CARROLL, Lewis. "Através do espelho e o que Alice encontrou lá". In: CARROLL, Lewis. *Alice: edição comentada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

³³ Ibid., p. 137.

inesperado, construído por uma *intelligentzia* à época empenhada em dar respaldo intelectual às doutrinas que orientavam a ação do Estado Nacional.

Através das páginas da "revista-espelho", vamos acompanhar o desenvolvimento do raciocínio e dos argumentos empregados por esses intelectuais em sua tentativa de dar o nome de "democracia" àquela forma peculiar de regime que então se delineava.

Na parte da dissertação que trata mais especificamente do conceito de democracia, procuro me orientar, primordialmente, pelos parâmetros da história conceitual conforme definida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006), que dedicou grande parte de sua atividade intelectual à reflexão teórico-metodológica sobre a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) e sua relação com outras áreas do conhecimento histórico.

1.2.

Sobre a História dos Conceitos

O historiador alemão Reinhart Koselleck, juntamente com Otto Brunner, professor de História em Hamburgo, e Werner Conze, professor na Universidade de Heidelberg, foi o idealizador de um projeto de extrema relevância que resultou na edição da mais importante obra de referência da escola conceitual alemã, o dicionário de história dos conceitos *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialer Sprache in Deutschland*.³⁴ O pressuposto básico que orientou a elaboração do dicionário, nas palavras de Melvin Richter, professor emérito de Ciência Política da City University of New York, é que é possível "*mapear sincronicamente os conceitos-chave que abrangem o vocabulário político e social de uma sociedade complexa em uma época de mudanças aceleradas em suas estruturas*."³⁵ Na avaliação de Richter, da análise destes conceitos -- quer permaneçam relativamente inalterados, apresentem mudanças significativas, ou estejam sendo introduzidos pela primeira vez -- é possível

³⁴ Para uma exposição detalhada sobre o dicionário e sobre a história dos conceitos, consultar: JASMIN, Marcelo G.; FERES Jr., João (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

³⁵ RICHTER, Melvin. *The history of political and social concepts: a critical introduction*. New York: Oxford University Press, 1995, pp. 138-139 [tradução minha].

extrair conclusões sobre as características globais destes "*domínios especializados da linguagem*".³⁶

Na introdução à edição em inglês da obra de Koselleck *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, que recebeu, na versão, o título de *Futures Past. On the semantics of historical time*, Keith Tribe pondera que a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) é antes um procedimento do que propriamente um método. Seu objetivo não é ser um fim em si mesma, avalia ele, mas sim enfatizar "*a importância da análise do discurso para a prática da história social e econômica*".³⁷

Koselleck, que se refere à análise de discursos como "*um modismo extremamente rico e importante*"³⁸, aproxima-se, contudo, de posição defendida pelo historiador norte-americano Robert Darnton, ao afirmar que considera

*teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica. Se assumíssemos semelhante postura, teríamos que admitir que o trabalho do historiador se localiza no puro campo da hermenêutica.*³⁹

Todo evento que ocorre em uma sociedade, nas suas diversas manifestações, tem em sua base uma teia de comunicações pré-existentes ao próprio evento, bem como um trabalho de mediação linguística, afirma Koselleck. Isto se aplica tanto às pequenas instituições e organizações, quanto a organismos mais complexos como a ONU, que dependem deste trabalho de comunicação e mediação, oral ou escrito.

Contudo, adverte ele, "*Aquilo que realmente ocorre é, obviamente, mais do que a articulação linguística que conduziu ao evento ou que o interpreta*".⁴⁰ Neste sentido, existirá sempre uma diferença entre a história concreta, como ela acontece, e a sua mediação linguística. Portanto, conclui, "*Uma história não*

³⁶ RICHTER, Melvin. *The history of political and social concepts: a critical introduction*, op. cit., p. 139.

³⁷ TRIBE, Keith. "Translator's Introduction". In: KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past. On the semantics of historical time*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1985, p. xiii [tradução minha].

³⁸ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.º. 10, 1992, p. 136.

³⁹ Ibid., p. 136. (Sobre esta observação de Darnton, ver nota 182, na p. 80).

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. "Social history and conceptual history". In: KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002, p. 24 [tradução minha].

acontece sem o discurso, mas não é jamais idêntica a ele, não pode ser reduzida a ele."⁴¹

A relação entre uma "sociedade" e seus "conceitos" é, na visão de Koselleck, sempre necessariamente tensa pois, se é um fato que sem conceitos não existe sociedade e, sobretudo, não existe um campo de ação política, por outro lado também é verdade que os conceitos estão baseados em sistemas político-sociais infinitamente mais complexos do que poderia parecer se tratados como simples comunidades linguísticas organizadas em torno de conceitos-chave específicos.⁴²

A partir destas constatações, Koselleck aponta uma característica essencial da história dos conceitos, que diz respeito ao fato de que o conceito sofre alterações ao longo do tempo. Neste sentido, o autor introduz uma tese -- que causou polêmica e lhe rendeu críticas -- acerca do caráter único e particular de cada conceito: *"todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez."*⁴³

Os críticos desta tese argumentam que ela inviabilizaria não só a escrita da história enquanto diacronia, mas também a própria validade de uma história dos conceitos. Ao que Koselleck contra-argumenta afirmando que, se o uso pragmático da língua é sempre único e irrepetível (o conteúdo de uma conversa, o texto de uma carta), o entendimento do que está sendo dito só se torna possível se houver um mínimo de consenso acerca do significado das palavras que estão sendo usadas. O consenso é alcançado através de uma semântica que pré-existe a este uso pragmático, sendo a semântica definida como a possibilidade da repetição. Isto, para Koselleck, é a prova de que a diacronia está contida na sincronia:

Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (Sprachpragmatik), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja também contida uma diacronia.

Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto

⁴¹ KOSELLECK, Reinhart. "Social history and conceptual history". In: KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*, op. cit., p. 25.

⁴² Idem. "História dos conceitos e história social". In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Cf. p. 98.

⁴³ Idem. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, op. cit., p. 138.

*que em cada utilização específica [...] de um conceito, estão contidas as forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica.*⁴⁴

São estas forças diacrônicas que possibilitam que o significado de um conceito possa conter em si elementos de experiências passadas, da realidade presente, e expectativas em relação ao futuro, o que faz com que os conceitos tenham uma estrutura temporal bastante complexa.

Estes dois procedimentos históricos, sincronia e diacronia, segundo Koselleck, possuem vantagens e desvantagens que são complementares entre si. De maneira geral, os historiadores trabalham alternando as duas perspectivas, dando preferência à sincronia quando descrevem as circunstâncias, e à diacronia quando narram as suas transformações⁴⁵.

O historiador procede diacronicamente quando procura explicar um evento, ou seu contexto, seguindo o fio de uma corrente causal. Este método, contudo, pondera Koselleck, não é suficiente, tendo em vista que, embora toda história possua estruturas formais passíveis de recorrência e repetição, aquilo que é novo em cada história não é perceptível a partir de uma explicação causal. Isto porque toda explicação causal pressupõe que seja possível deduzir um fenômeno de outro, ainda que sejam dissimilares, estabelecendo assim uma relação que não necessariamente precisa estar contida no fenômeno a ser explicado.

Consequentemente, se se deseja compreender um evento histórico em sua singularidade, só se pode atribuir à corrente de causalidade um papel subsidiário na investigação. É preciso, portanto, explica Koselleck, proceder tanto de forma sincrônica quanto diacrônica: "*que se fundamente não apenas post eventum [após o fato acontecido], mas que se mostre também in eventu [no acontecer] o que aconteceu, e como aconteceu*".⁴⁶

Esta alternância entre análise sincrônica e diacrônica reflete, na avaliação de Koselleck, uma das vantagens da *Begriffsgeschichte*, uma vez que torna possível demonstrar não só a persistência de experiências passadas, como também a viabilidade de teorias passadas, através da análise das múltiplas camadas de significados atribuídos a um conceito ao longo de períodos cronologicamente

⁴⁴ KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos, op.cit., p. 141.

⁴⁵ Idem. "Terror e sonho: anotações metodológicas para as experiências do tempo no Terceiro Reich". In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*, op.cit. Cf. p. 260.

⁴⁶ Ibid., p. 263.

distintos. Neste sentido, acrescenta, a *Begriffsgeschichte* "ultrapassa a alternativa estreita entre diacronia e sincronia, passando a remeter à possibilidade de simultaneidade da não-simultaneidade."⁴⁷ É, portanto, precisamente esta interrelação entre os eventos sincrônicos, em sua dimensão de atualidade, e as estruturas diacrônicas, em sua dimensão temporal, que, na perspectiva do autor, é passível de investigação histórica, dado que "in actu, todas as dimensões temporais estão sempre entrelaçadas"⁴⁸.

Para ilustrar seu ponto de que a diacronia está contida na sincronia, Koselleck cita o exemplo do conceito de *Koinonia politike* formulado por Aristóteles no contexto da realidade específica da *polis* grega, posteriormente traduzido para o latim como *societas civilis*, dentro de uma realidade concreta -- a romana -- completamente diversa:

*A palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente. O que portanto é uma societas civilis depende do momento em que o termo é empregado, se no primeiro ou quarto século depois de Cristo. Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único articulado ao momento de sua utilização.*⁴⁹

Esta alteração do conceito no tempo remete a outro ponto central da teoria de Koselleck, que vem a ser a distinção entre "palavra" e "conceito". Na perspectiva do autor, cada conceito está associado a uma palavra, mas nem toda palavra pode se transformar em conceito e ter uma história:

*De forma [...] simplificada, podemos admitir que cada palavra remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. No entanto, nem todos os sentidos atribuídos às palavras eu consideraria relevantes do ponto de vista da escrita de uma história dos conceitos. Quando da [...] pesquisa [...] visando a produção do Dicionário de conceitos, foram [...] selecionadas as palavras cujos sentidos interessavam: a saber, conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo.*⁵⁰

Outro aspecto que distingue o conceito em relação à palavra é a ambiguidade de que aquele é, necessariamente, portador. Palavra e conceito são,

⁴⁷ KOSELLECK, R. "História dos conceitos e história social". In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*, op. cit., p. 115.

⁴⁸ Idem. "Social history and conceptual history". In: KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history*, op. cit., p. 30.

⁴⁹ Idem. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos, op. cit., p. 138.

⁵⁰ Ibid., p. 135.

por natureza, ambíguos. A palavra, contudo, pode através do uso perder esta característica, enquanto que o conceito tem que permanecer ambíguo para ser um conceito. Isto porque, nele, significante e significado precisam coincidir. Os conceitos, ensina Koselleck,

*são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico.*⁵¹

Uma palavra, assim, transforma-se em conceito quando a totalidade de um determinado contexto político-social -- em termos de significado e experiência -- no qual e para o qual uma palavra é empregada pode ser condensada em uma determinada palavra.

Um conceito não deve ser considerado apenas na sua acepção de fenômeno linguístico, mas deve também ser percebido como um indicativo de fatos que transcendem os próprios limites da língua, sustenta o autor, que defende a hipótese de que *"todo conceito é sempre concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Indikator)".*⁵²

Keith Tribe comenta, na já citada introdução à edição inglesa de *Futures Past*, que, ao elaborar o projeto para o dicionário de conceitos, Koselleck definiu quais questões deveriam ser consideradas em relação a cada termo, como forma de determinar sua inclusão ou não na obra. Em linhas gerais, as seguintes perguntas se aplicavam: o conceito está em uso corrente? Há disputa em torno de seu significado? Qual o alcance social de sua utilização? Em que contextos o termo aparece? O termo em questão se articula com algum conceito que lhe seja correspondente, seja para complementá-lo ou para se lhe opor? Quem usa o termo, para qual propósito, e para se dirigir a quem? Há quanto tempo está em uso? Qual a validade do termo dentro da estrutura do vocabulário social e político? A quais

⁵¹ KOSELLECK, R. "História dos conceitos e história social". In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*, op. cit., p. 109.

⁵² Idem. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos, op. cit., p. 136.

outros termos se sobrepõe, e há convergência entre ele e outros termos ao longo do tempo?⁵³

Esta cadeia de perguntas e respostas delimita o campo semântico dentro do qual o conceito está incluído e se articula, e as mudanças no campo da semântica, lembra Koselleck, se processam de forma muito mais lenta do que no campo do uso pragmático da língua.⁵⁴

Os métodos utilizados pela *Begriffsgeschichte*, define Koselleck, provêm das seguintes áreas: história da terminologia filosófica; gramática e filologia históricas; semasiologia; e onomasiologia.⁵⁵

Se a *Begriffsgeschichte* tem como objetivo fazer descobertas relevantes para a história -- social ou intelectual --, não pode limitar o estudo de um conceito à investigação dos significados das palavras e de suas transformações, ou analisar um fenômeno com base exclusivamente na expressão que o define.

Neste sentido, afirma Koselleck, a pesquisa não pode ser feita recorrendo-se unicamente à semasiologia. É necessário alternar as abordagens semasiológica -- isto é, investigar o sentido das palavras, partindo do *significante* (ou expressão oral da língua), para estudar o *significado* (ou conceito); e onomasiológica -- que percorre o caminho inverso: estuda as expressões de que se utiliza uma língua para traduzir determinada noção, partindo do significado para estudar o significante. Só assim torna-se possível captar e registrar a variada gama de termos utilizados para designar realidades concretas idênticas, ou percebidas como idênticas, e, desta forma, demonstrar como os conceitos são formados.

Para se dar tratamento histórico às palavras, expressões paralelas com as quais possam se articular e entrelaçar devem também ser objeto de investigação, assim como as correntes ideológicas que se cristalizaram em torno da expressão estudada. Assim procedendo, é possível estabelecer se um determinado conceito constitui um fator *em*, e um indicador *da* história com a qual se relaciona.

O campo semântico no qual se inscreve um determinado conceito, portanto, tem de ser pesquisado e a conexão entre os termos que com ele interagem precisa ser igualmente estabelecida. É preciso investigar os conceitos que estejam em transformação e que se sobrepõem, interpretar as novas

⁵³ TRIBE, Keith. "Translator's introduction". In: KOSELLECK, R. *Futures Past*, op. cit. Cf. p. xii.

⁵⁴ KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos, op. cit. Cf. p. 141.

⁵⁵ Idem. "História dos conceitos e história social". In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*, op. cit. Cf. p. 97.

construções, explicando porque uma expressão acrescentada à linguagem em um determinado período não se manteve como um conceito central no período seguinte. Koselleck entende que

Não é possível verificar o valor de um termo como "conceito" válido para o complexo social ou para as confrontações políticas sem incluir os conceitos paralelos ou contrários, sem se reportar a uma ou outra noção geral ou particular e sem se registrar a intersecção entre as duas expressões.⁵⁶

Alternando o uso da semasiologia e da onomasiologia, a história dos conceitos tem como alvo último a história concreta (*Sachgeschichte*), em suas continuidades e permanências.

Com relação às fontes ou textos com os quais um pesquisador da história dos conceitos deve trabalhar, existem, segundo Koselleck, três tipos. Em certa medida, o significado das fontes utilizadas depende do tipo de pergunta que o pesquisador escolhe fazer e da metodologia que opta por aplicar. Mas as fontes possuem também uma estrutura temporal independente, que lhes é própria.

Há um primeiro tipo de fonte constituído, por exemplo, de jornais, cartas, memoranda e palestras, que são únicos e cujo objetivo é o consumo instantâneo e o uso imediato. Estes possuem uma única camada temporal. Já do segundo tipo de fonte -- do qual são exemplos os dicionários e as enciclopédias -- pode-se dizer que contém várias camadas temporais. Estas possibilitam a observação da emergência gradual de novas camadas de significado, e proporcionam ainda a oportunidade de se constatar a repetitividade da semântica. São textos que gradualmente se adaptam às transformações da realidade. Existe, ainda, um terceiro tipo de fonte, na qual se incluem os chamados "textos clássicos", os quais têm a pretensão de ser portadores de verdades eternas e valores permanentes, mantendo-se inalterados.⁵⁷

Feita esta brevíssima e, portanto, necessariamente incompleta apresentação panorâmica da história dos conceitos como pensada por Koselleck, resta dizer qual o critério utilizado para desenvolver a pesquisa.

⁵⁶ KOSELLECK, R. "História dos conceitos e história social". In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*, op. cit., p. 113.

⁵⁷ Idem. "Some reflections on the temporal structure of conceptual change". In: MELCHING, W.; VELEMA, W. (Ed.). *Main trends in cultural history: ten essays*. Amsterdam: Rodopi, 1994, pp.15-16.

Como a proposta é trabalhar com uma fonte primária, a revista *Cultura Política*, que por ser uma publicação periódica pode ser incluída na primeira categoria de fontes relacionadas por Koselleck, a pesquisa foi conduzida a partir da investigação da disputa que se estabelece em torno da redefinição do conteúdo do conceito de democracia tendo sempre em mente o contexto sobre o qual os textos da revista visavam atuar para transformar. Isto equivale a dizer que meu esforço foi dirigido à análise da alteração do conteúdo do conceito tendo como pano de fundo a realidade concreta, única e específica da consolidação da ordem instituída pelo Estado Novo, ou seja, em sua dimensão sincrônica, mais do que diacrônica. O que não significa excluir ou ignorar a dimensão diacrônica, posto que, como sublinha Koselleck, esta está contida naquela.

E para tentar determinar a qual fenômeno o centro de gravidade do conceito de democracia permanece associado, nesta tentativa específica de re-significação, procuro analisar o campo semântico no qual se insere o conceito recorrendo, principalmente, à semasiologia, ou seja, à investigação do significado do termo a partir do estudo das palavras (ou significantes) que, no contexto ao qual pertence *Cultura Política*, se entrelaçam para constituir tal conceito e conferir-lhe o novo sentido.